



## Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

# Documento Nº 127468/24

**EXERCÍCIO:** 2024  
**SUBCATEGORIA:** Licitações  
**JURISDICIONADO:** Câmara Municipal de Taperoá  
**DATA DE ENTRADA:** 19/11/2024  
**ASSUNTO:** Licitação - 10007/2024 - Dispensa (Lei Nº 14.133/2021) - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, EXPEDIENTE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TAPEROÁ-PB.  
**INTERESSADOS:** Ailton Paulo de Souza



**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ-PARAÍBA**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**DISPENSA Nº DV10007/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240617DV10007

**CONTRATO Nº: 5C701/2024-CPL**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ E MARCIO ALEXANDRE MARINHO DE MOURA 49767585400, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TAPEROÁ**, Estado da Paraíba, situada na Rua João Mota Silva, N.º 01, Centro, Taperoá – PB, CEP: 58.680-000, inscrita no CNPJ (MF), sob o nº 02.931.144/0001-97, representado neste ato pelo Presidente o Sr. **AILTON PAULO DE SOUZA**, portador do CPF: 675.711.904-87, residente e domiciliado na Cidade de Taperoá – PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado **MERCADINHO RAINHA – DAMIANA INES VILAR POMPEU - AV PRESIDENTE EPITACIO PESSOA, 105 - CENTRO - TAPEROA - PB, CNPJ nº 03.555.503/0001-11**, neste ato representado por Damiana Inês Vilar Pompeu, Brasileira, Casada, Empresária, residente e domiciliado na Rua Epitácio Pessoa, 103, Centro - Taperoá - PB, CPF nº 017.919.647-29, Carteira de Identidade nº 4313726 SSDS-PB, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº DV10007/2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada pela Portaria nº DV 10007/2024-02, de 19 de Junho de 2024, tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, EXPEDIENTE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TAPEROÁ-PB.**

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº DV10007/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 23.681,40 (VINTE E TRÊS MIL SEISCENTOS E OITENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Representado por: 6 x R\$ 3.946,90.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice



definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:

00.101 – Câmara Municipal

00101.01.031.1001.2001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiro pessoa jurídica

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:**

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;



g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (IX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Taperoá.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Taperoá - PB, 21 de Junho de 2024.

TESTEMUNHAS

Marina Aparecida J. Alves  
061-049.594.59

PELO CONTRATANTE

Ailton Paulo de Souza  
Presidente  
675.711.904-87

PELO CONTRATADO

Lindson G. Silva  
02339 324489

Damiane Inês Vilar Pompeu  
MERCADINHO RAINHA – DAMIANA INES  
VILAR POMPEU  
DAMIANA INÊS VILAR POMPEU  
017.919.647-29



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**BOLETIM OFICIAL**  
**PODER EXECUTIVO**  
*“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”*

**Ano: 2024**

**Mês: JUNHO**

**Nº VI**



**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ-PARAÍBA**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, EXPEDIENTE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TAPEROÁ-PB.. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Valor nº DV10007/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 00101.01.031.1001.2001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal de Taperoá-PB. 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERV.DE TERC.PESSOA JURIDICA – VIGÊNCIA 31.12.2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Taperoá e: CT Nº 50701/2024- CPL – 21.06.2024 –MERCADINHO RAINHA – DAMIANA INES VILAR POMPEU- R\$23.681,40.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ-PARAÍBA**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido procedimento de contratação direta:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, EXPEDIENTE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TAPEROÁ-PB.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

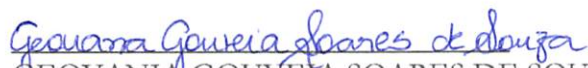
Recursos não Vinculados de Impostos:

00.101 – Câmara Municipal

00101.01.031.1001.2001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiro pessoa jurídica

Taperoá - PB, 17 de Junho de 2024.

  
GEOVANIA GOUVEIA SOARES DE SOUZA  
Tesoureira da Câmara



PESQUISA DE PREÇOS - PROPOSTA

REALIZADA POR: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TAPEROA PB  
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, expediente e gêneros alimentícios para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Taperoá PB  
PERÍODO:Maio de 2024.

I - DA PESQUISA DE PREÇOS:

Foi solicitado ao proponente DAMIANA INES VILAR POMPEU, a seguir qualificado, que informasse o seu melhor preço para execução do objeto em epígrafe. Os dados obtidos foram devidamente transcritos em planilha específica - vide quadro abaixo - dando-se total conhecimento ao interessado, que depois de achado conforme, assinou a presente pesquisa de preços - proposta, concordando plenamente com o valor declarado para a referida contratação, comprometendo-se, inclusive, a executar o seu objeto rigorosamente nas condições ofertadas.

II - DA PROPOSTA:

PROPONENTE:DAMIANA INÊS VILAR POMPEU

CNPJ: 03.555.503/0001-11

QUADRO PROPOSTA

Nos termos da pesquisa de preço realizada para execução do objeto da contratação em tela, relacionamos abaixo o menor preço proposto pelo referido proponente:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor
1	Biscoito Cream Crack	PACOTE	50	5,20
2	Biscoito Maisena	PACOTE	50	5,20
3	Bolacha Rainha	PACOTE	30	4,60
4	Bolacha Clube Social	PACOTE	30	5,75
5	Biscoito Sortido	PACOTE	30	5,00
6	Doce de Leite Cremoso 400 GRAMAS	UNIDADE	20	10,00
7	Bolacha Risquinha 350 gramas	PACOTE	30	4,50
8	Refrigerante 2 litros	UNIDADE	100	8,50
9	Suco Laranja 1,5 litros	UNIDADE	50	6,00
10	Paté de Atum 170 gramas	PACOTE	30	8,25
11	Água Mineral 2o Its	UNIDADE	100	7,00
12	Pão de Forma 400 gramas	PACOTE	50	11,00




13	Atum Ralado	UNIDADE	30	7,70
14	Torrada integral 142 gramas	UNIDADE	30	6,00
15	Café 250 gramas	PACOTE	100	9,00
16	Leite em Pó 200 granas	PACOTE	100	9,15
17	Requeijão	UNIDADE	40	8,50
18	Queijo Prato	KG	30	62,00
19	CATUPIRY 200 GRAMAS	UNIDADE	30	16,00
	PRESUNTO DE FRANGO	KG	30	19,00
21	PRESUNTO COZIDO	KG	30	30,00
22	CANETA ESFEROGRÁFICA	UNIDADE	200	0,90
23	PAPEL A4	RESMA	200	30,00
24	SABÃO EM PO 500 GRAMAS	UNIDADE	50	5,20
25	SABÃO OMO 800GRAAS	UNIDADE	30	17,75
26	SABÃO EM PASTA 500 GRAMAS	UNIDADE	30	7,00
27	PAPEL TOALHA	UNIDADE	40	5,20
28	LIMPEXMULTI	UNIDADE	30	6,00
29	PASTILHA ADESIVA BANHEIRO	UNIDADE	30	6,48
30	ÁLCOOL LIQUIDO IL	UNIDADE	100	8,00
31	PAPEL HIGIÊNICO	PACOTE	100	6,00
32	SABÃO TIXAN	UNIDADE	40	20,00
33	LIMPADOR PERFUMADO LITRO	UNIDADE	50	7,50
34	BOMBRIL 60 GRAMAS	UNIDADE	30	2,50

35	VEJADESIFETANTE	UNIDADE	100	6,00
36	BOM AIR360ML	UNIDADE	30	17,00
37	AZULIM LIMPA CERAMICA	UNIDADE	30	7,50
38	PINHO SOL 500 ML	UNIDADE	50	7,50
39	DETERGENTE 500 ML	UNIDADE	50	2,50
40	DETERGENTE 5 L	UNIDADE	20	18,50
41	ESPOJA ANTIADERENTE	UNIDADE	30	2,00
	LUSTRA MÓVEL3 UNIDADES	UNIDADE	20	6,50
43	OLEO DE PEROBA 500 ML	UNIDADE	20	18,00
44	BICARBONATO DE SODIO	UNIDADE	30	3,00
45	PEDRA SANITÁRIA	UNIDADE	50	3,15

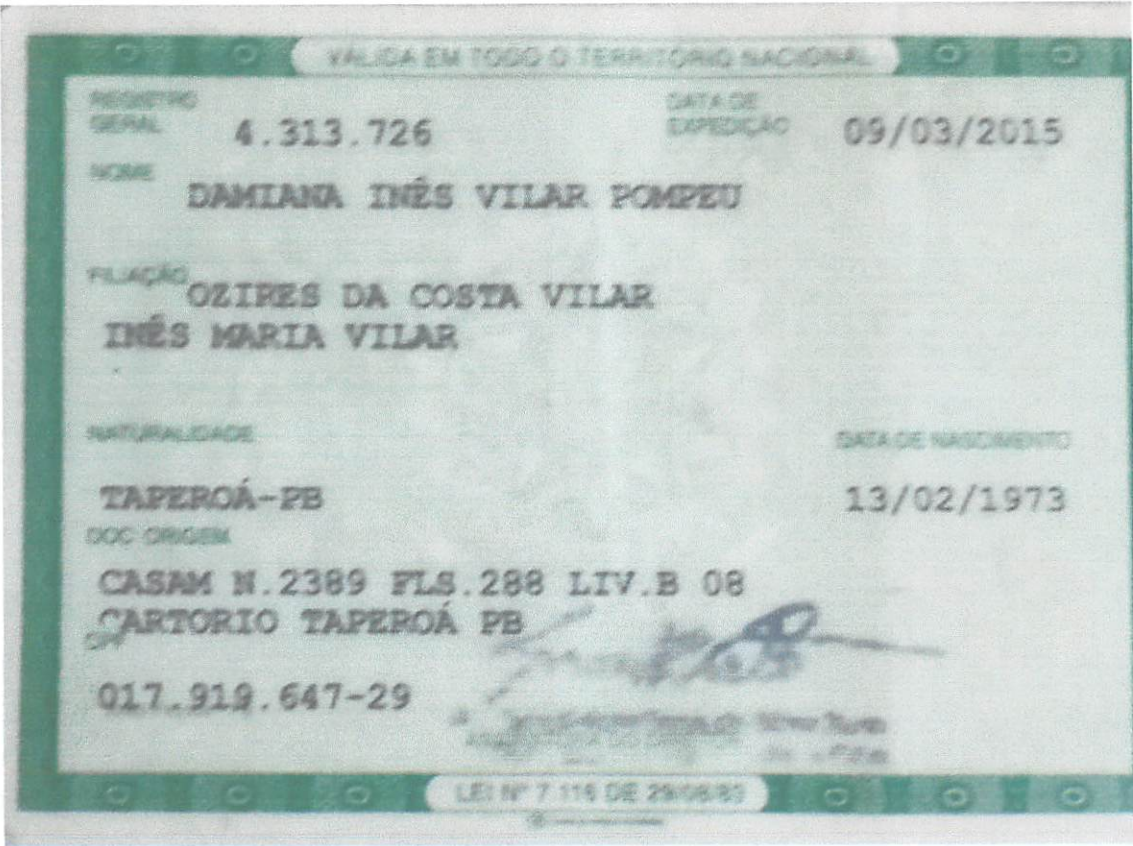
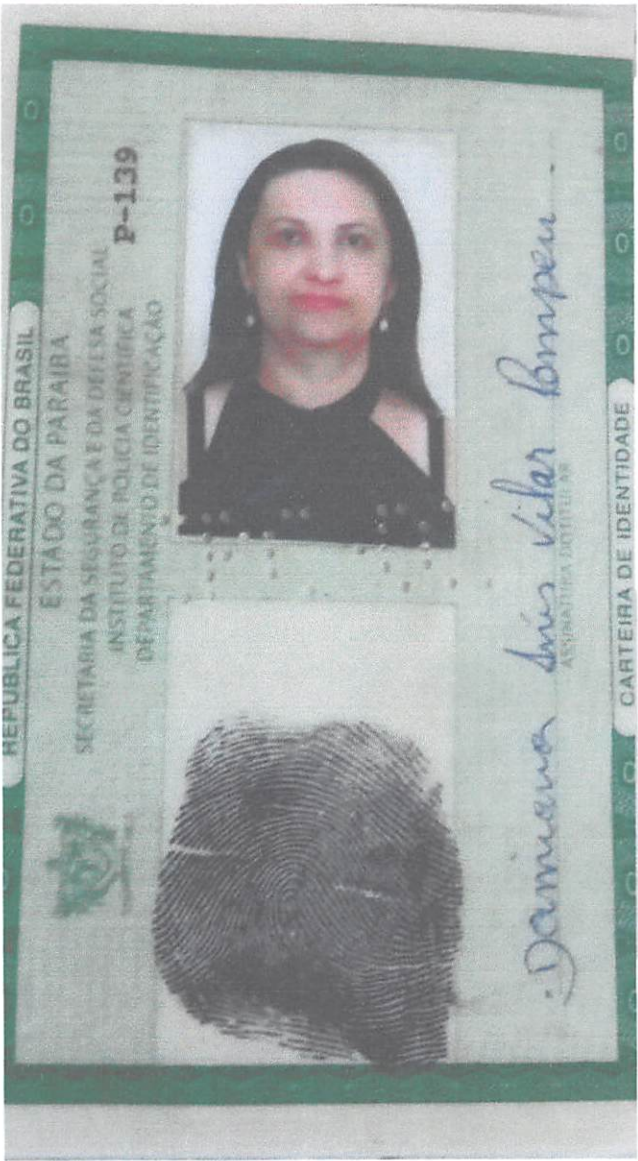
Observação: na coluna VALOR - R\$ está informado o preço unitário do respectivo item.

VALOR TOTAL: R\$ 23.756,50 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)  
PROPOSTA VÁLIDA ATÉ: .60 dias

*Damiana Inês Vilar Pompeu*

 **MERCADINHO RAINHA**  
Damiana Inês Vilar Pompeu  
CNPJ: 03.555.503/0001-11 - INSC. EST. 16.126.626-5  
Av. Pres. Epitácio Pessoa, 105 - Centro  
CEP 58680-000 - TAPEROÁ-PB.







Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 25100815465		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente à filial) XXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) DAMIANA INÊS VILAR POMPEU			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO PARCIAL		
FILHO DE (pai) OZIRÉS DA COSTA VILAR		(mãe) INÊS MARIA VILAR	
NASCIDO EM (data de nascimento) 13/02/1973	IDENTIDADE (número) 093649630	Órgão emissor SSP	UF RJ
CPF (número) 017.919.647-29			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) AVENIDA PRES. EPITÁCIO PESSOA			NÚMERO 105
COMPLEMENTO 1º ANDAR	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 58.680-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial) 5120
MUNICÍPIO TAPEROÁ			UF PB
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer a JUNTADA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX
NOME EMPRESARIAL DAMIANA INÊS VILAR POMPEU ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc) AVENIDA PRES. EPITÁCIO PESSOA			NÚMERO 105
COMPLEMENTO TÉRREO	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 58.680-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial) 5120
MUNICÍPIO TAPEROÁ	UF PB	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 5.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) CINCO MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade Principal 4712100 Atividade secundária 4930202 XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS.  TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 15/12/1999	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 03555503000111	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR XXXXXXXXXXXXXX	UF XX
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assessoria/gestante) DAMIANA INÊS VILAR POMPEU ME			
DATA DA ASSINATURA 15/06/2011	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO DAMIANA INÊS VILAR POMPEU ME		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE  MARCOS ENRIQUE DE FIGUEIREDO NETO VOGAL/JULGADOR SINGULAR 16/06/2011	AUTENTICAÇÃO  JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/06/2011 SOB Nº: 20110246519 Protocolo: 11/024651-9, DE 17/06/2011 Empresa: 25 1 0081546 5 DAMIANA INÊS VILAR POMPEU ME  MARIA DE FÁTIMA V. VENÂNCIO SECRETÁRIA GERAL		





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: DAMIANA INES VILAR POMPEU (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.555.503/0001-11

Certidão nº: 35415129/2024

Expedição: 21/05/2024, às 11:01:45

Validade: 17/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que DAMIANA INES VILAR POMPEU (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.555.503/0001-11, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 03.555.503/0001-11

Razão Social: DAMIANA INES VILAR POMPEU

Nome Fantasia: MERCADINHO RAINHA

**Certidão emitida às 10:57 de 21/05/2024.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G, SISCOMW.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **MBmK.Sq9m**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.





Manutenção SIGFácil

Alterações Empresas

Alvará de Localização

Consulta Prévia - Localização

Dados Empresa

Documentos Emitidos

Inscrição Municipal

Configuração

Alteração Senha Usuário

Documentos e Obrigações

Documentos

Exigências

Informações

Normas

Obrigação - Abertura

Obrigação - Alteração

Obrigação - Baixa

Relatórios

Documentos Emitidos

Empresas por Município

Início

Listar Dados De Empresa

Visualizar Dados de Empresa

Dados da Empresa

Protocolo: PBP1602437961

Número do CNPJ: 03.555.503/0001-11

Nome Empresarial: DAMIANA INÊS VILAR POMPEU - ME

Nome Fantasia: MERCADINHO RAINHA

NIRE: 25100815465

Código da Natureza Jurídica: 213-5 - Empresário (Individual)

Capital Social: 5000.00

Porte da Empresa: ME (Microempresa)

Data da Solicitação: 02/08/2016

Evento: 244 - Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)

Data da Solicitação: 02/08/2016

Evento: 694 - Alteração de dados cadastrais

Atividade Econômica

Descrição do Objeto: COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS.

Código CNAE Principal: 4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns - Exerce atividade no endereço informado.

Forma de atuação: Estabelecimento Fixo

Tipo Unidade: Não Informado!

Dados Enquadramento Risco

Endereço

Tipo de Logradouro: AVENIDA

Logradouro: AVENIDA PRES. EPITÁCIO PESSOA

Número: 105

Complemento: TÉRREO

Bairro: CENTRO

UF: PB

Município: Taperoá

CEP: 58680000

Sócios / Administradores / Representantes

Sócio / Administrador / Representante #1

Contabilista

Documentos dos Órgãos

Consulta Prévia

Documentos Digitais

Taxas

Desenvolvido por: © VOX SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS - Todos os direitos reservados. | 2008 - 2024 |





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.555.503/0001-11 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 11/12/1999</div>
<div>NOME EMPRESARIAL DAMIANA INES VILAR POMPEU</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MERCADINHO RAINHA</div>	<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)</div>		
<div>LOGRADOURO AV PRESIDENTE EPITACIO PESSOA</div>	<div>NÚMERO 105</div>	<div>COMPLEMENTO TERREO</div>
<div>CEP 58.680-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO TAPEROA</div>
<div>UF PB</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE (83) 3463-2191/ (83) 8725-8641</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/07/2003</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/05/2024 às 11:02:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: DAMIANA INES VILAR POMPEU**  
**CNPJ: 03.555.503/0001-11**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:58:25 do dia 21/05/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 17/11/2024.

Código de controle da certidão: **20A3.A069.EDB9.183A**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

# CERTIDÃO

CÓDIGO: **6CA2.F6DB.9B6C.EB67**

Emitida no dia 21/05/2024 às 10:52:37

Nome Empresarial:

**DAMIANA INES VILAR POMPEU**

Endereço:

**PRESIDENTE EPITACIO PESSOA**

Número:

**105**

Complemento:

Bairro:

**CENTRO**

Município:

**TAPEROA**

CEP:

**58680-000**

Inscr. Estadual:

**16.126.626-6**

Situação Cadastral:

**ATIVO**

CNPJ/CPF:

**03.555.503/0001-11**

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

Certidão de Débito emitida via 'Internet'.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**

## CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

**PROCESSO: 01/2024**

NÚMERO DA CERTIDÃO:2023/0054141

**AUTENTICAÇÃO:** 1005414

### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

C.N.P.J. / C. P. F. 03555503000111      CONTRIBUINTE: DAMIANA INES VILAR POMPEU - ME

ENDEREÇO: AV. GOVERNADOR DORGIVAL TERCEIRO NÚMERO: 105

CEP: 58680000

UF: PB

CIDADE: TAPEROÁ

## FINALIDADE

## FINS DE REGULARIDADE

NOTA

ERTIFICO que, apos feita a busca nos nossos cadastros, mobiliario e imobiliario, concluímos que nesta ocasião NÃO constam pendências em nome da pessoa acima identificada(requerente), relativas a tributos de competencia deste Municipio, inscrição em Dívida Ativa ou Junto a Procuradoria Geral do Municipio.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Publica Municipal de cobrar e inscrever quaisquer divida, de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que vierem a ser apuradas.

Esta CERTIDÃO refere-se tão somente a situação do sujeito passivo acima identificado no âmbito desta Secretaria de Finanças, não abrangendo taxas, preço de competência de outras secretarias, sendo fixado o seu prazo de validade em 60(sessenta) dias, nos termos da legislação de regência.

Mikael Gomes Barron

**AUTORIDADE RESPONSÁVEL**

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.555.503/0001-11  
**Razão Social:** DAMIANA INES VILAR POMPEU  
**Endereço:** RUA PADRE INACIO CAVALCANTE 09 / CENTRO / TAPEROA / PB / 58680-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**12/06/2024 a 11/07/2024

**Certificação Número:** 20240612044609559308076

Informação obtida em 13/06/2024 10:39:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 21/11/2024 às 09:47:54 foi protocolizado o documento sob o Nº 127893/24 da subcategoria Contratos , exercício 2024, referente a(o) Câmara Municipal de Taperoá, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Ailton Paulo de Souza.

Número do Contrato: 000100072024

Data da Publicação: 24/06/2024

Data da Assinatura: 21/06/2024

Data Final do Contrato: 31/12/2024

Valor Contratado: R\$ 23.681,40

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, EXPEDIENTE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TAPEROÁ-PB.

Contratado (Nome): MERCADINHO RAINHA - DAMIANA INES VILAR POMPEU - ME

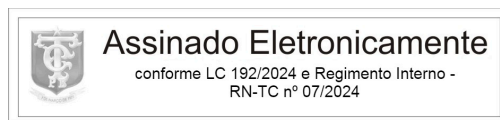
Contratado (CNPJ): 03.555.503/0001-11

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 134

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	3dd12577ae245c23530eb141136ebe98
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	dd2faf3569a07d7e43f66c628c5e4730
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	f9f895f5d15cef440f2ca0454999b0bd
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	1d504977924b5445ec43ac7cc9b66a64
Designação da fiscalização técnica do contrato	Não	
Designação do fiscal administrativo do contrato	Não	
Designação do gestor do contrato	Não	

João Pessoa, 21 de Novembro de 2024



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB